

Dezembro, a Portaria n.º 1633/2007, de 31 de Dezembro, as Circulares emitidas sobre o SIADAP e o Código do Procedimento Administrativo.

#### Artigo 12.º

##### Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação.

Aprovado em Conselho de Gestão, em 07 de Outubro de 2009. — O Presidente da ENIDH, *Abel Viriato Conde de Amorim*.

202850709

## UNIVERSIDADE ABERTA

### Despacho n.º 2284/2010

Nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 37.º, dos Estatutos da Universidade Aberta publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246, de 22 de Dezembro de 2008, homologo os Critérios para a avaliação da actividade desenvolvida pelos professores catedráticos, associados e auxiliares no decorrer do período experimental dos respectivos contratos da Universidade Aberta, aprovado pela deliberação n.º 5/CC/2010 em reunião de 20 de Janeiro de 2010, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária.

Data: 2010, Janeiro, 26. — Nome: *Carlos António Alves dos Reis*, Cargo: Reitor.

#### **Critérios para a avaliação da actividade desenvolvida pelos professores catedráticos, associados e auxiliares no decorrer do período experimental dos respectivos contratos**

(artigos 19.º, n.º 3 e 25.º, n.º 1, do ECDU)

O disposto nos artigos 19.º, n.º 3 e 25.º, n.º 1, do Estatuto da Carreira Docente Universitária, determina que as actividades desenvolvidas pelos professores catedráticos, associados e auxiliares no decorrer dos períodos experimentais dos respectivos contratos devam ser submetidas a um processo de avaliação específica de acordo com critérios fixados pelo órgão legal e estatutariamente competente da instituição de ensino superior.

O conselho científico da Universidade Aberta, adiante designado Conselho, no exercício das competências próprias que decorrem da lei e dos Estatutos da Universidade Aberta, para efeitos da avaliação específica supracitada, determina o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### (Tramitação inicial do processo de avaliação específica)

1 — Até cento e oitenta dias antes do termo do período experimental os professores catedráticos e associados deverão apresentar ao Conselho um relatório pormenorizado das actividades por si desenvolvidas.

2 — Até duzentos e setenta dias antes do termo do período experimental os professores auxiliares deverão apresentar ao Conselho um relatório pormenorizado das actividades por si desenvolvidas.

3 — O relatório previsto nos números anteriores deverá incidir, nos termos da lei, sobre as seguintes vertentes:

- a) Investigação científica, de criação cultural ou de desenvolvimento tecnológico;
- b) Docência e orientação de estudantes;
- c) Extensão universitária, divulgação científica e valorização económica e social do conhecimento;
- d) Gestão académica;
- e) Participação em outras tarefas atribuídas pelos órgãos de gestão competentes e que se incluam no âmbito das actividades de docente universitário.

4 — Apresentado o relatório referido nos números anteriores o Conselho designará, na primeira reunião que se seguir, dois professores catedráticos da área científica, em regime de *tenure*, para, no prazo de trinta dias, emitirem parecer circunstanciado.

5 — Um dos professores catedráticos designados terá de ser exterior à Universidade Aberta.

6 — Na contagem dos prazos referidos no presente regulamento incluem-se os sábados, domingos e feriados.

#### Artigo 2.º

##### (Vertentes da actividade do docente que são sujeitas a avaliação específica)

1 — O relatório pormenorizado a que se refere o artigo anterior deverá discriminar claramente as seguintes componentes das vertentes elencadas no seu n.º 3:

a) Investigação científica, de criação cultural ou de desenvolvimento tecnológico;

i) Coordenação da investigação que deve incluir, designadamente, a referência a: coordenação de centros, linhas ou projectos de investigação ou de desenvolvimento financiados, total ou parcialmente, por entidades nacionais ou estrangeiras;

ii) Orientação de actividades de investigação e de desenvolvimento que deve incluir, designadamente a referência a orientação de post-docs;

iii) Divulgação de investigação científica (publicações e outros produtos) que deve incluir, designadamente a referência a: trabalhos científicos publicados ou aceites para publicação (devendo ser individualizados os seguintes tópicos: livros, capítulo de livros, artigos em revistas científicas com arbitragem (*referee*), artigos em actas de encontros científicos com arbitragem (*referee*), relatórios técnicos; publicações não sujeitas a arbitragem); patentes, protótipos ou aplicações informáticas (desenvolvidas no âmbito da investigação e desenvolvimento científico ou tecnológico); comunicações em encontros científicos (devendo ser individualizados os seguintes tópicos: comunicações orais plenárias e convidadas, comunicações orais não convidadas, comunicações em poster, comunicações sobre investigação científica em instituições de ensino superior ou de investigação);

iv) Participação na comunidade científica que deve incluir, designadamente a referência a: júris de actos académicos ou de concursos; editor científico ou membro do conselho editorial de revistas científicas; avaliador de publicações científicas (*referee*) ou de projectos de investigação; organização de encontros científicos; membro de comissões científicas de encontros científicos; e participação activa em associações científicas.

b) Docência e orientação de estudantes:

i) Organização do ensino que deve incluir, designadamente a referência a: coordenação de cursos formais de 1.º, 2.º e 3.º ciclos de estudos; coordenação de cursos de aprendizagem ao longo da vida e de outros não-formais; coordenação de áreas disciplinares; participação em júris de recurso, de equivalência e de creditação de competências académicas e profissionais;

ii) Docência que deve incluir, designadamente a referência a: leccionação de unidades curriculares, módulos lectivos ou seminários (devendo ser mencionados o ciclo de estudos e o curso formal ou não-formal em que se integram, o número de créditos ECTS correspondentes, o tipo de ensino — presencial, online, vídeo-conferência, entre outros — e os resultados da avaliação ou auto-avaliação pedagógica, incluindo *feedback* dos estudantes e taxas finais de aprovações, quando estes dados estiverem disponíveis);

iii) Orientação de estudantes que deve incluir, designadamente a referência a: orientações e co-orientações de estudantes de doutoramento e de mestrado;

iv) Concepção e elaboração de materiais de apoio ao ensino devendo ser mencionados livros (em suporte papel ou informático), notas de apoio (em suporte papel ou informático), aplicações informáticas, filmes, videogramas, audiogramas, entre outros.

c) Extensão universitária, divulgação científica e valorização económica e social do conhecimento:

i) Actividades de extensão universitária e de divulgação científica que deve incluir, designadamente a referência a: cursos livres, palestras e conferências de divulgação; produtos de divulgação em vários suportes (incluindo, entre outros, livros e artigos de divulgação, filmes, aplicações informáticas);

ii) Actividades de valorização económica e social do conhecimento que deve incluir, designadamente a referência a: actividades de consultoria; apoio técnico-científico; desempenho de papéis relevantes fora da vida académica;

d) Gestão académica que deve incluir, designadamente a referência a: participação em órgãos de governo da Universidade Aberta (Conselho Geral, Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitor, Conselho de Gestão); participação em órgãos de coordenação científico-pedagógica (Conselho Científico ou Conselho Pedagógico); participação em órgãos de consulta obrigatória pelo Reitor (Senado); Director de unidade orgânica e equiparado; coordenador de secção de unidade orgânica e equiparado; membros dos Conselhos Coordenadores

dos Departamentos e da Comissão Científica do Instituto Coordenador da Investigação; participação em grupos de trabalho e de missão relevantes para a vida institucional; outros cargos de gestão académica na Universidade Aberta; participação em órgãos de governo ou de coordenação científico-pedagógica de outras instituições de ensino superior ou de instituições de investigação;

e) Participação noutras tarefas atribuídas pelos órgãos de gestão competentes e que se incluam no âmbito das actividades de docente universitário.

2 — O relatório pormenorizado a que se refere o artigo anterior, deverá igualmente mencionar os títulos e graus académicos obtidos pelo docente no decorrer do período abrangido, bem como outros aspectos académicos de especial relevância curricular.

### Artigo 3.º

#### (Critérios genéricos para a avaliação específica)

1 — Os professores catedráticos a que se refere o n.º 4 do artigo 1.º, na apreciação do relatório apresentado, deverão:

- Utilizar as melhores e mais exigentes práticas de avaliação de desempenho correntes nas instituições universitárias portuguesas e europeias;
- Considerar as especificidades das diversas áreas do conhecimento relativamente à produção e aos mecanismos de divulgação do conhecimento científico específico;
- Aplicar os critérios bibliométricos que forem eventualmente utilizados atendendo à área científica em causa e as conclusões e resultados deles inferidos sujeitos a uma análise crítica, nunca podendo constituir o único, e preferencialmente também não o predominante, critério da avaliação efectuada em qualquer uma das vertentes do relatório previstas no artigo 1.º;
- Atribuir a cada uma das vertentes referidas no artigo 1.º um nível de qualidade de acordo com a seguinte tabela:

Classificação	Descrição
0 .....	<i>Sem actividade.</i>
1 .....	<i>Inadequado.</i>
2 .....	<i>Adequado.</i>
3 .....	<i>Bom.</i>
4 .....	<i>Muito Bom.</i>
5 .....	<i>Excelente.</i>

e) Atribuir para efeitos de apreciação final do relatório e correspondente emissão do parecer, uma ponderação às classificações obtidas em cada uma das vertentes avaliadas de acordo com o disposto na alínea d), cuja soma será, obrigatoriamente, de 100% em todos os casos, atenta a seguinte tabela:

Vertente	Ponderação
a) Investigação científica, de criação cultural ou de desenvolvimento tecnológico. ....	De 40% a 50%.
b) Docência e orientação de estudantes. ....	De 30% a 40%.
c) Extensão universitária, divulgação científica e valorização económica e social do conhecimento. ....	Não superior a 10%.
d) Gestão académica. ....	Não superior a 10%.
e) Participação em outras tarefas atribuídas pelos órgãos de gestão competentes e que se incluam no âmbito das actividades de docente universitário. ....	Não superior a 10%.

2 — Sempre que o relatório de actividades em apreciação se reportar a períodos anteriores à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, os relatores dos pareceres deverão ter em consideração esse facto, sem que com tal seja comprometido o estipulado nas alíneas a) a c) do n.º 1 do presente artigo.

### Artigo 4.º

#### (Conclusão do processo)

O Conselho, tendo em conta os pareceres emitidos, delibera, nos termos da lei, sobre a manutenção ou a cessação do contrato do docente comunicando, imediatamente, o teor da deliberação ao Reitor da Universidade Aberta.

Aprovado em reunião do conselho científico de 20 de Janeiro de 2010. — O Presidente do conselho científico, *Professor Doutor João Luís Cardoso*.  
202850539

## UNIVERSIDADE DO ALGARVE

### Serviços Académicos

#### Aviso n.º 2436/2010

Sob proposta da comissão científica do Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina, aprovada por despacho reitoral de 27 Janeiro de 2010, a seguir se publica:

#### Mestrado Integrado em Medicina, 2.ª edição, 2010-2011

(Registo n.º R/B-Cr 121/2009, da DGES)

#### 1 — Vagas:

I) Número de vagas e número mínimo de inscrições para o funcionamento do curso para a edição do ano lectivo 2010/2011: 32 (trinta e dois).

#### 2 — Condições de candidatura:

I) Podem candidatar-se ao curso de Medicina os candidatos que sejam titulares de, pelo menos, um diploma de 1.º ciclo (licenciatura) ou equivalente legal, de acordo com as seguintes condições:

a) Aceitam-se licenciaturas nas áreas de ciências da natureza (v.g. Biologia, Geologia, Química, etc.), ciências da saúde e afins (v.g. Medicina Dentária, Medicina Veterinária, Enfermagem, Farmácia, Ciências Biomédicas, etc.) ou ciências exactas (Matemática, Física, Engenharias, etc.). As competências associadas a estas licenciaturas deverão permitir a creditação de um mínimo de 120 ECTS;

b) A classificação mínima da licenciatura tem de ser 14 valores;

c) Os candidatos têm que demonstrar ter completado o 12.º ano de Química. Aceitam-se as seguintes alternativas:

c1) Exame de Química do 12.º com aproveitamento;

c2) Química durante a licenciatura: aceitam-se unidades curriculares de Química, Química Geral, Química Analítica, Química Orgânica, Química Inorgânica ou Química Aplicada. Não são aceites as unidades curriculares de Bioquímica.

d) Para efeitos de candidatura, não são aceites as unidades capitalizáveis de Ciências Físico-Químicas do Ensino Recorrente.

II) Para candidatos estrangeiros cuja língua materna não seja Português é indispensável fluência em Português escrito e falado.

III) Os candidatos terão de demonstrar experiência em voluntariado ou experiência profissional na área da Licenciatura, sendo que:

a) Por voluntariado entende-se o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro. No entanto, para efeitos de candidatura, apenas serão aceites os voluntariados que envolvam contacto contínuo e prolongado com grupos sociais vulneráveis em condições adversas. Não serão consideradas, como voluntariado, acções (estágios voluntários) que estejam inseridas dentro da estrutura curricular ou que sejam realizadas com o intuito de adquirir novas competências. Não serão aceites, nomeadamente, as seguintes acções:

- Participação em grupos de Escuteiros;
- Participação no Banco Alimentar contra a Fome;
- Catequese;
- Participação em Rastreios;
- Participação em Colónias de Férias;
- Explicações ou apoio escolar;
- Participação em acções de formação ou sensibilização;
- Actividades de gestão.

b) Estágios curriculares no âmbito da licenciatura ou destinados à aquisição de novas competências não serão considerados como experiência profissional.

#### 3 — Prazos de candidatura e selecção:

I) O período de candidaturas encontra-se aberto até ao dia 26 de Fevereiro de 2010.

#### II) Selecção dos candidatos:

a) Provas de aptidões cognitivas e de conhecimentos da língua inglesa:

a1) Data e local de realização das provas: serão anunciados em <http://www.medicina.ualg.pt> e, complementarmente, afixados nas instalações do Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina, sito na ala nascente do edifício 7 (3.º piso) do *Campus* de Gambelas- Faro.